

Documentos da Santa Casa da Misericórdia de Sines no século XIX – II

Com a Primeira República a assistência foi completamente laicizada pela Separação do Estado das Igrejas (1911). Os bens das igrejas, confrarias e misericórdias são declarados bens nacionais, e o culto seria prestado por associações reconhecidas pelo Estado. A Santa Casa da Misericórdia de Sines torna-se então Associação de Beneficência da Misericórdia de Sines.

Em 1941 já a Misericórdia de Sines regressara ao antigo nome em virtude do novo Código Administrativo de 1940 reconhecer a denominação Santa Casa da Misericórdia ou Misericórdia a todos os estabelecimentos de assistência "canonicamente erectos" e com compromissos aprovados pelo Governo. A sua principal ocupação era a administração do Hospital Civil, instalado no edifício que fora do antigo Hospital do Espírito Santo. Atravessou, na primeira metade do século XX, vários problemas económicos. O Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Sines foi aprovado por despacho de 30 de Dezembro de 1948 e publicado no Diário do Governo nº15, 2ª série, de 19 de Janeiro de 1949. Foi aprovado em reunião extraordinária da Assembleia-Geral de 5 de Julho de 1948. O exemplar registado foi impresso pela Tipografia A Gráfica, de Santiago do Cacém, em 12 de Fevereiro de 1950. Revoga o Compromisso aprovado a 24 de Outubro de 1910. O Compromisso resulta das disposições acerca das misericórdias do Código Administrativo de 1940, onde se estabelece a natureza das misericórdias ("irmandades ou confrarias canonicamente erectas e constituídas por compromisso, de harmonia com o espírito tradicional da instituição, para a prática da caridade cristã" (artigo 433º).

Atribuem-se às misericórdias funções obrigatórias (artigo 434º), nomeadamente a sustentação dos hospitais, sendo que a Misericórdia de Sines tinha como função "criar e manter o Hospital de Sines" (Artigo 3º do Compromisso); o socorro às grávidas e recém-nascidos (artigo 434º do Código Administrativo e artigo 3º do Compromisso), "promover o enterramento dos pobres e indigentes que não tenham família ou meios para o funeral" (artigo 434º do Código Administrativo e artigo 3º do Compromisso), prestar socorros domiciliários (artigo 3º do Compromisso) e, finalmente, mediante acordo com a Câmara Municipal de Sines, prestar assistência aos expostos e desamparados (artigo 434º do Código Administrativo e artigo 3º do Compromisso). O Código Administrativo confere ainda às misericórdias, no artigo 435º, a competência de proposta de expropriações de prédios para os "seus fins beneficiários". Por outro lado, as certidões extraídas dos documentos das misericórdias, autenticadas pelo seu selo branco, fazem prova plena em juízo (artigo 436). Finalmente, o artigo 437 aplica as disposições relativas à alienação de bens próprios, empreitadas e fornecimentos dos concelhos. O Compromisso da Misericórdia de Sines assinala ainda outras modalidades de assistência, desde que disponha dos recursos necessários (artigo 4º do Compromisso). Define ainda que o socorro a grávidas e recém-nascidos será exercida "através de um centro local de assistência materno-infantil" (artigo 5º).

O Código Administrativo de 1940 acaba por reconhecer a interpretação historicamente errónea da natureza eclesiástica das misericórdias, ao caracterizá-las como "confrarias canonicamente erectas".

Após o 25 de Abril de 1974 a Santa Casa da Misericórdia herda as competências da extinta Junta Central da Casa dos Pescadores e dedica-se aos serviços sociais de apoio aos idosos e às crianças.

Do arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Sines no Arquivo Histórico resta somente a documentação custodiada pela Câmara Municipal de Sines e os arquivos correntes da instituição. As razões para o desaparecimento da documentação podem encontrar-se nas

convulsões sociais registadas em Sines após a implantação da Primeira República, sendo que se vários testemunhos orais (Arquitecto Ricardo Pereira), referem-se a incêndios, a roubos e desvios de bens da confraria. A documentação custodiada pela Câmara Municipal de Sines foi possivelmente trazida para o arquivo do município por algum membro da autarquia que tenha sido também irmão da Misericórdia.

O Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Sines contém as actas da Assembleia Geral da Associação de Beneficência da Misericórdia de Sines (1914-1941), Actas da Direcção da Associação de Beneficência da Misericórdia de Sines (1928-1947), Tombo dos Bens de Raiz (1871-1876), Relação dos Foros e juro que recebe a Santa Casa da Misericórdia de Sines (cc.1871), Relação das Propriedades Foreiras à Santa Casa da Misericórdia de Sines (cc 1876), Registo de assentos de óbitos do Hospital de Sines (1911-1966).

Os documentos que restaram são fundamentais para o conhecimento da história social e da assistência no concelho de Sines na Época Contemporânea.

Sandra Patrício

Para saber mais...

FALCÃO, José António - Memória Paroquial do Concelho de Sines em 1758. Santiago do Cacém: Real Sociedade Arqueológica Lusitana, 1987. Separata do Repertorium Fontium Studium Artis Historiae Portugaliae Institurandum, série B, nº1. ISSN 0870-7774.

LOPES, Francisco Luiz - Breve Notícia de Sines, Pátria de Vasco da Gama. 1ª ed. Lisboa: Typographia do Panorama, 1850.

LOPES, Maria Antónia - "As Misericórdias de D. José ao Final do século XX" In Portugaliae Monumenta Misericordiarum, ed. Lit. Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa; coordenação científica de José Pedro Paiva. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002. ISBN 972-98904-0-4. Vol. I. Histórias das Misericórdias.

PATRÍCIO, Sandra - Inventário dos Bens da Confraria do Santíssimo Sacramento de Sines: trabalho realizado no âmbito da cadeira de Introdução à História, orientado pela Doutora Margarida Sobral Neto [documento policopiado] Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Outubro de 2001.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SINES - Santa Casa da Misericórdia de Sines (1516-1999): Breves Notas Para a Sua História. Sines: Santa Casa da Misericórdia de Sines, 1999.

SILVA, Padre António de Macedo e Silva - Annaes do Município de Sant'Iago de Cacem. 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869.

SOLEDADE, Arnaldo - Sines Terra de Vasco da Gama. 4ª edição. Sines: Terra de Vasco da Gama, 1999.